

**DINIZ, Debora & TERRA, Ana. 2014. *Plágio: palavras escondidas*. Brasília: LetrasLivres; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 196 pp.**

Lilian Leite Chaves  
PNPD/ PPGAS-UFRN

Debora Diniz e Ana Terra, nesse estudo a respeito do plágio, percorrem um caminho, entre textos e imagens, no qual estética e ética se espelham. A interpretação da tela “A leitora submissa”, de René Magritte, como uma leitora enganada que se surpreende ao se deparar com um plágio, é o início de uma discussão que passa pelas artes plásticas, pela literatura, por receitas gastronômicas e pela elaboração de textos acadêmicos nas diversas áreas de conhecimento. As imagens que compõem o corpo do livro não são apenas ilustrativas, visto que explicitam como as comunidades dimensionam o que é o plágio e qual é sua fronteira com os recursos estilísticos. A obra conta com um prólogo, sete capítulos e um posfácio, este assumindo a forma de perguntas e respostas.

No trajeto entre o prólogo e o posfácio, há o encontro com estudantes, professores, pesquisadores, revisores e editores; essas figuras, por mais que ocupem papéis diferentes nas instâncias que lidam com os textos escritos, convertem-se em autores e leitores. Dessa maneira, pensar o plágio, trazê-lo para as discussões cotidianas, revela como autores e leitores se constituem e se relacionam na comunidade acadêmica, o que a ética acadêmica espera de cada uma dessas figuras, e o que se descortina (ou se rompe) quando se descobrem “palavras escondidas”. As autoras enfatizam a discussão sobre o plágio no campo das humanidades, uma vez que, nas humanidades, o texto escrito é o principal vetor e resultado do conhecimento elaborado.

A opção por entender o plágio como um desvio ético, em detrimento de sua compreensão estritamente como violação da propriedade privada, faz com que o trabalho se volte para a questão da integridade acadêmica e da forma pedagógica de lidar com o plágio, e não para a sua criminalização. Dentro desse enquadramento, há a defesa de que o plágio precisa ser colocado na mesa, talvez, para romper o movimento comum e traumático que marca a sua descoberta, movimento que vai do silêncio ao escândalo. Essa etnografia, como explicaram as autoras, não se baseou em ouvir pessoalmente os envolvidos em episódios de plágio, nem em recortar uma localidade para análise. Ela se fundamentou na leitura das falas dos

plagiados e plagiadores que constavam nos relatos, nos processos, nas acusações e defesas – isto é, que foram proferidas quando o plágio já havia alcançado a dimensão do escândalo.

Os resultados dos escândalos assumiram a forma de retratação para artigos em periódicos, de reelaboração de livros, de anulação de títulos obtidos, de sanções que vão desde a proibição de submeter trabalhos a um periódico por um tempo determinado à perda de vínculos empregatícios e/ou universitários. Assim, a tentativa de tirar o plágio do silêncio, conduzindo-o para uma dimensão de fala que não seja a do escândalo, tem por objetivo auxiliar na ponderação de sanções para os plagiadores e nas ações de enfrentamento ao plágio.

No que tange às sanções, parece justo tratar os diferentes de formas diferentes, isto é, é preciso que se trate de forma diferente um estudante que comete plágio em um trabalho para uma disciplina, um pós-graduando que comete plágio na escrita de sua dissertação ou tese, um pesquisador que plagia outro pesquisador em artigos de periódico, ou mesmo um revisor que tem acesso privilegiado a trabalhos ainda não publicados e utiliza indevidamente os dados e as análises desses trabalhos para a produção de outros textos. É importante que sejam tratados de formas diferentes porque estão em pontos diferentes na escala do aprendizado e trabalho acadêmico, de modo que suas falhas têm impactos diferenciados para toda a comunidade acadêmica. Entretanto, aqueles que cometeram plágio devem ter oportunidades de se reconstruírem e se recolocarem na comunidade acadêmica: o plágio, dentro do enquadramento da ética acadêmica, “é um grave equívoco, mas não uma infração penal capital”, como advogam as autoras (:132).

A descoberta de plágio em um trabalho depende muito de leitores atentos e pode ser sinalizada pelos *softwares* de detecção, os chamados caça-plágios. Contudo, há cada vez mais plágios sofisticados que demandam *softwares* atualizados e leitores especialistas. As autoras propõem os conceitos de plágio-cópia e plágio-pastiche para mostrar a diferença, respectivamente, entre o plágio marcado pelo copia e cola e o plágio marcado pela dissimulação. O primeiro aponta para a preguiça, para a dificuldade de criação, ou mesmo para a pressa de se livrar de uma tarefa. O segundo denota uma manobra de fazer com que o texto pareça diferente do original para ser apresentado supostamente como novo e autêntico.

O plágio-cópia é facilmente identificado porque levanta a suspeita do leitor, que fareja nas mudanças de estilo, na complexidade das elaborações, uma incongruência no conjunto da obra, ou mesmo da obra em relação ao estágio de aprendizagem do autor. Esse tipo de plágio faz com que o *software* caça-plágio indique a porcentagem de cópia, isto é, quanto do texto analisado é cópia indevida de textos de outros autores. O plágio-cópia é frequentemente atribuído

a estudantes, mas também ocorre em trabalhos de pesquisadores com formação já solidificada. O plágio-pastiche é mais sofisticado, porque altera as palavras, muda as frases de ordem, empenha-se em dissimular as semelhanças. Esse tipo de plágio é mais difícil de ser detectado por um *software*, pois não há uma duplicação explícita. Os detectores desse tipo de plágio são os leitores atentos que, ao lerem o texto, ficam com a impressão de já terem visto algo com teor e organização argumentativa semelhante.

Diniz e Terra apontam três justificativas usadas pelos plagiadores para alegar que o plágio descoberto é um plágio inadvertido: o desconhecimento das regras da escrita acadêmica, o descuido com as notas de leitura e a memória fotográfica. O uso dessas justificativas tem como pano de fundo a tentativa de se defender com a capa do plágio não intencional e de se afastar da acusação de fraude, que entra na lógica penal da violação da propriedade privada. Essas três justificativas estão ligadas ao domínio (ou à sua falta) de duas práticas cruciais para a tessitura de um texto acadêmico (que tem possibilidades bem mais restritas que os textos literários): a citação literal e a paráfrase.

A citação literal se materializa com as aspas, mas não só com elas, pois, embora não sejam comentados pelas autoras, o recuo, a fonte menor e o espaçamento diferenciado também são recursos para materializar a citação literal, dependendo do manual de normas em uso. A citação literal traz a voz de outro autor para o texto, voz corretamente referenciada que se destaca e indica um diálogo. Por sua vez, a paráfrase se encontra no campo da interpretação, em que o autor propõe uma leitura, com a própria voz, de outras fontes, mas indica a fonte original da inspiração.

No livro, é recorrente o apelo para que não se naturalize o domínio das regras para a escrita acadêmica, pois essas regras precisam ser passadas para os integrantes da comunidade e constantemente reafirmadas. Desse modo, é comum que os plagiadores se defendam com o argumento de que o texto do autor plagiado consta nas referências bibliográficas do trabalho vasculhado, embora não tenha sido citado diretamente, nem indicado no final de uma paráfrase. Esse argumento endossa a análise das autoras de que é entre a citação literal e a paráfrase que se localiza o risco do plágio não intencional, mas curiosamente é nesse mesmo lugar que germina a autoria quando se respeitam as regras da escrita acadêmica.

No entanto, a autoria de um texto não se refere apenas àquele que o assina, mas àquele que esteve envolvido em todas as etapas de pesquisa, da concepção do projeto até o levantamento de dados e as análises – àquele que pode reconstruir o caminho percorrido até a materialização do conhecimento. Muitas vezes, na passagem da citação para a paráfrase, é comum o autor doar seus argumentos

para os inspiradores e naturalizar argumentos daqueles que o inspiram como se fossem seus. Porém, a escrita de um texto acadêmico é um exercício, marcado pela presença do risco, mas também pela expectativa de honestidade, responsabilidade e confiança. O plágio, quando descoberto, rompe a ligação do autor com o leitor, porque macula a honestidade, a responsabilidade e a confiança.

Esse livro é um importante instrumento de conscientização a respeito da prática do plágio para toda a comunidade acadêmica, uma vez que traz casos das diversas áreas de conhecimento, das diversas instâncias, dos diversos lugares de formação e de prática acadêmica. Sua grande contribuição é mostrar que o plágio como um desvio ético precisa ser enfrentado com práticas pedagógicas; práticas que aliam a criatividade para propor tarefas instigantes, a disponibilidade para orientar o passo a passo da formação de autores e leitores, a sensatez para não transformar o plágio em crime.